

DESENVOLVIMENTO NO OESTE DO PARANÁ: ALGUMAS DISCUSSÕES

Marines Rute Oliveira

Antônia Marlene Vilaça

Lidiane Muffato

Resumo

Tendo como objetivo deste artigo divulgar os resultados parciais da pesquisa de tese em andamento, procurou apresentar, resumidamente, algumas das principais reflexões teóricas a respeito do tema de desenvolvimento. Assim como trabalhar quantitativamente alguns dados referentes aos indicadores econômicos da Mesorregião oeste do estado do Paraná. O que se espera com esse artigo é instigar a vontade de um maior conhecimento a respeito do tema desenvolvimento, bem como do desempenho do desenvolvimento rural do espaço aqui apresentado.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Oeste; Paraná

Abstract

To have this article photopressive results the results of data in the study, the mechanism display, in brief, some of results reflections the articles of the development of the theme of development. The information on the average data of performance of the sector are in the order of 200,000 reais. What is expected with this article is a willingness to have a greater knowledge on the topic development as well as the performance of the rural environment of the space presented here.

Key words: Development; West; Paraná

Introdução

Tomando como referência teórica as principais obras a respeito do desenvolvimento rural de autores como: Guilherme Delgado, Zander Navarro, Angela Kageyama, Sergio Schneider, Guilherme da Costa Delgado entre outros, e utilizando de alguns dados secundários-econômicos e sociais- a respeito do desenvolvimento rural da região oeste do Paraná, como uma parte de estudos para fins de elaboração de tese de doutoramento, que tem como eixo de reflexão o desenvolvimento no meio rural da região oeste do Paraná, objetivouse neste trabalho, destacar sucintamente as reflexões teóricas, conceituais sobre a temática do desenvolvimento rural, bem como apresentar alguns dados coletados e trabalhados quantitativamente sobre o desenvolvimento rural na região oeste do estado do Paraná, objeto de estudo da pesquisa em andamento.

Inicialmente, serão apresentadas de forma sintetizada, alguns conceitos de desenvolvimento rural, enfatizando que o mesmo é considerado como um procedimento que engloba os aspectos econômico, social, cultural, político, institucional e ambiental. Na sequência serão trazidas alguns indicadores sociais e econômicos referentes ao desenvolvimento rural na região estudada. Por fim, serão dispostas as considerações finais desse trabalho. Argumenta-se que as considerações finais ainda estão em construção e foram apresentadas, aqui, somente um breve resumo das mesmas.

Neste mesmo sentido, inicia-se definindo, de acordo com Kageyama (2004), que o desenvolvimento rural pode ser considerado como um procedimento que engloba os aspectos econômico, social, cultural, político, institucional e ambiental e não somente relacionado ao crescimento econômico visto por meio do aumento do PIB ou da renda.

Enquanto que para Navarro (2001, p.88) traz uma definição de desenvolvimento rural como sendo: “uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”.

Indicadores Econômicos e Sociais da Região Oeste do Paraná

Conforme descreve Guilherme Delgado (2001), foi após a Segunda Guerra Mundial que começou ocorrer o processo de desenvolvimento da agropecuária brasileira. Essa expansão ocorreu de 1945 a 1980, em que, com base nos princípios da Revolução Verde, houve uma reestruturação no setor utilizando-se de pacotes tecnológicos, do uso de fertilizantes, de

defensivos agrícolas, da correção dos solos, da utilização de sementes melhoradas, além de máquinas industriais.

Desse modo, ocorre nesse período, também uma intervenção do Estado por meio de políticas públicas objetivando a modernização. Entre essas políticas adotadas, destacam-se as de subsídios de crédito, de preços mínimos e de assistência técnica. Com todas essas mudanças, há, também, alterações no modo de pensar a relevância da agricultura pelos estudiosos. Assim, a agricultura deixa de ser vista como secundária no processo de desenvolvimento, e a indústria como a única a trazer o desenvolvimento ao país.

Neste sentido, Zander Navarro (2001) argumenta que as teorias de desenvolvimento rural indicavam o fortalecimento tecnológico assim como o aumento da utilização de insumos, como meio para ampliação da produtividade e consequente aumento da renda dos produtores rurais. Ou seja, essas teorias de modernização agrícola preconizavam a especialização, seguiam a lógica do mercado, incentivavam a formação de commodities e o latifúndio. Além de estarem relacionadas ao conceito de crescimento, uma vez que visavam apenas ao aumento da produtividade e da renda.

Este modo de pensar o desenvolvimento rural decaiu a partir do final dos anos de 1970 como consequência das transformações que aconteceram após os processos de reestruturação institucional e econômica, e também devido aos projetos de desenvolvimento rural não terem obtidos um desfecho satisfatório, conforme o esperado, em especial aos problemas ambientais advindos da revolução verde e por não ter havido uma redução do índice de pobreza conjecturado. A partir de então, passou-se a revisar os aspectos usados como referências teóricas para descrição do desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

Deste modo, surge uma nova visão sobre o conceito de desenvolvimento rural fundamentado na noção multidimensional do desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento rural passa a ser considerado como um procedimento que engloba os aspectos econômico, social, cultural, político, institucional e ambiental e não somente relacionado ao crescimento econômico visto por meio do aumento do PIB ou da renda (Kageyama, 2004).

Nota-se que não há uma concordância sobre a definição de desenvolvimento rural, o que se tem é que esse conceito ainda está sendo elaborado, ou seja, em processo de elaboração. O referencial teórico encontrado até as últimas décadas, quando se procurava explicações para as alterações sociais, nos padrões tecnológicos das populações rurais e as consequências na qualidade de vida dos agricultores, estava relacionado com as teorias da modernização agrícola que se fundava no conceito de Revolução Verde. Porém, já vem ocorrendo alterações

significativas com relação ao conceito de desenvolvimento rural e em que se baseia (NAVARRO, 2001).

Schneider (2010) expõe que, a partir da década de 1990, o debate sobre o desenvolvimento rural está sendo encaminhado no sentido de considerar as ações de cunho normativo, relacionadas às políticas públicas e consequente interferência do Estado.

Para o referido autor, demais aspectos também colaboram para mudança de foco nesses debates, como, por exemplo, a complexidade em efetuar a reforma agrária, o reconhecimento político da agricultura familiar enquanto categoria, a integração de pontos ligados à sustentabilidade e questões ambientais como um todo, e as questões de ideologia e também políticas relacionadas às discussões: de um lado o agronegócio e do outro, a agricultura familiar.

Complementando, se torna preciso desconstruir a noção que vê como ideal o agricultor como um gestor rural especializado e ligado às commodities, assim como é preciso também desconstruir a noção do camponês autônomo, que se integra apenas à produção de subsistência.

Assim, o que se procura é a reconstrução de meios que possam viabilizar a diversificação da produção e de tecnologia, uma economia objetiva, meios de troca e de distribuição baseados nas relações sociais em que há os fundamentos da redistribuição e reciprocidade (Polanyi, 1944).

Deste modo, fica evidente que, para fazer desenvolvimento rural, não é necessário somente incluir novos elementos em situações já estabelecidas, ou seja, não é possível pensar em desenvolvimento como sendo resultado da economia política, da mercantilização e da acumulação de capital, das políticas do Estado, das agências multilaterais, somente. Deste modo, precisa-se considerar o desenvolvimento como resultado de todos esses processos em conjunto com as circunstâncias específicas de cada espaço (Ploeg et al., 2000).

Neste sentido, descrevesse que a mesorregião oeste, está localizada no Terceiro Planalto do Paraná possuindo uma paisagem bastante uniforme, com planaltos poucos elevados em geral arenosos, além de extensas várzeas do Rio Paraná, com solo do tipo terra roxa. Na maioria do seu território apresenta-se o clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes, geadas e chuvas concentradas nos meses de verão. O clima úmido e o solo fértil possibilitaram a formação de floresta que cobriam cerca de 65% de toda a região até o ano 1930 e ainda encontra-se entre dois biomas distintos: a floresta de araucária e a floresta estacional semidecidual.

Devido ao desmatamento ocorrido por causa da expansão madeireira e posteriormente a produção agrícola, a área florestal corresponde atualmente a 12% da inicial e 10% da cobertura vegetal do estado. O destaque nesse sentido, é para os municípios de Céu Azul e Matelândia, que tem 51,7% e 88,4% respectivamente, dos seus territórios destinados a floresta. O que se

contrapõe a realidade dos municípios de Formosa do Oeste, Ibema e Iracema do Oeste, onde esses índices são menores que 0,5%.

Com relação ao potencial para fins agrícolas, a região possui 75% de sua área de solos férteis, ou seja, aptos para a produção agrícola. Apenas 15% do território, localizados nos municípios de Braganey, Guaraniaçu e Boa Vista da Aparecida há predominância de declividade que pode ocasionar erosões na utilização do solo para fins agrícolas.

Há também na região oeste um grande potencial hídrico com duas bacias hidrográficas: do rio Paraná e do rio Iguazu e a geração de energia por meio da barragem da Itaipu. A mesorregião tem uma dinâmica que tenta contrabalançar com o fluxo migratório intra e inter-regionais, além interestaduais, levando a uma tendência de concentração populacional e econômica na região de Curitiba.

No entanto, o que se observa é uma concentração econômica e populacional em três municípios apenas – Cascavel, Toledo e Foz do Iguazu- que acabam por absorver as demandas da população dos demais municípios (IPARDES, 2003).

A região oeste do Paraná, local onde foi realizada essa pesquisa, compreende um conjunto de 50 municípios e abrange uma área de 2.290.859 hectares, que correspondem a 11,5% da área estadual e tem população estimada em 1.219.558 habitantes. A região é composta por três microrregiões:

- 1) Microrregião de Cascavel que é formada por 18 municípios, sendo eles: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Corbelia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lucia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná e Cascavel. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 460.794 habitantes, possui uma área total de 8.516,073 km². Seu principal centro é o município de Cascavel.
- 2) Microrregião de Toledo, composta por 21 municípios: Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaira, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguazu, Terra Roxa, Tupãssi e Toledo. Sua população foi estimada em 2012 pelo IBGE em 402.056 habitantes e possui uma área total de 8.754,994 km². O município de Toledo é o principal centro da microrregião.
- 3) Microrregião de Foz do Iguazu contém 11 municípios, sendo eles: Céu Azul, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha do Itaipu, São

Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste e Foz do Iguaçu. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 425.467 habitantes e possui uma área total de 5.579,936 km². Seu principal centro é o município de Foz do Iguaçu.

Para avaliar as variáveis econômicas e sociais no processo de geração de renda, com o intuito de detectar os fatores determinantes dos índices de desenvolvimento econômico e social no ambiente rural do oeste paranaense e também, servir de base para a escolha dos municípios onde os agricultores foram entrevistados para este estudo, aplicou-se ao modelo, a análise fatorial- que é um conjunto de métodos estatísticos que permite explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis observadas em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes ou fatores.

Nesse estudo, a análise fatorial teve o objetivo principal de reduzir o número original de variáveis, deixando-as mais simples, uma vez que se tratava de 13 variáveis relacionadas a 50 municípios. Foi utilizado o software estatístico (SPSS) para obter os fatores e selecionar os que apresentaram valores maiores que 1.

Após a identificação dos fatores, por meio do método semelhante ao da regressão, foi estimado o escore fatorial, pelo método dos componentes principais, para o ano de 2014 onde foi possível extrair, das treze variáveis definidas para esta análise- descritas no Quadro 1, abaixo três fatores com raiz característica maior que a unidade e que é a síntese das informações que estão contidas nas variáveis originais.

A partir da matriz dos escores fatoriais foi possível construir o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), que foi utilizado para definir os municípios em que foram aplicados os questionários aos agricultores familiares (o de maior e o de menor IDR). A partir do IDR foi possível classificar e hierarquizar os municípios da região oeste do Paraná quanto ao seu desenvolvimento rural, em Alto, Médio e Baixo (sendo considerados como desenvolvimento Alto os municípios que obtiveram valores nos índices próximos ou a partir de 1, Baixo os municípios com valores negativos e os demais, que não se encaixaram em nenhuma das outras duas alternativas, como Médio), e também fazer o ranking classificatório dos municípios, conforme seu desenvolvimento rural.

Quadro 1- Variáveis Quantitativas Seleccionadas

Variáveis Quantitativas	
Variáveis Econômicas	Número de pessoas ocupadas na agricultura; Produtividade do trabalho; Renda municipal agrícola per capita; Salário nominal na agropecuária; Produtividade da terra – milho; Produtividade da terra – soja; Valor dos financiamentos aos produtores; Número de contratos de financiamentos aos produtores.
Variáveis Sociais	Densidade demográfica; Proporção de população rural; Proporção de domicílios
	com instalação sanitária; Número de consumidores de energia elétrica rural; Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio na zona rural;

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a rotação nota-se que, em conjunto, os três fatores explicam 72,48% da variância total das variáveis seleccionadas e que a contribuição de cada fator para a explicação total dos indicadores utilizados foi de 45,06%; 14,59% e 12,81% respectivamente, conforme Tabela 1. A utilização de uma variância de 72,48% é justificada por Hair *et al.* (1998), pois segundo os autores obter uma variância acumulada a partir de 60% é satisfatório nas ciências sociais.

Tabela 1- Raiz característica, percentual explicado por cada fator e variância acumulada (%).

Fator	Raiz Característica	Variância explicada pelo fator (%)	Variância acumulada (%)
F1	5,858	45,063	45,063
F2	1,898	14,598	59,660
F3	1,666	12,819	72,480

Fonte: Dados da pesquisa.

Para verificar a adequabilidade da amostra, foi utilizado o teste de KMO *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*, que indicou que a amostra é passível de ser analisada pelas técnicas da análise fatorial considerando que a mesma apresentou valor de 0,780 o que

de acordo com Barroso e Artes (2003) é um resultado classificado como ótimo, uma vez que o valor ficou próximo a um, o que significa que as correlações parciais das 13 variáveis utilizadas neste estudo são pequenas e portanto há uma adequação dos dados para a realização de uma análise fatorial, sendo o modelo usado, adequado- conforme Tabela 2 – Interpretação do KMO.

Tabela 2- Interpretação do teste KMO

Escala	Classificação
0,80 -1	Excelente
0,70- 0,80	Ótimo
0,60- 0,70	Bom
0,50- 0,60	Regular
0 – 0,40	Insuficiente

Fonte: Barroso e Artes (2007, p. 97), adaptado pela autora

O outro teste utilizado nesta pesquisa, para a utilização adequada da análise fatorial, foi o Bartlett que testa a hipótese de que não há correlação entre as variáveis utilizadas. De acordo com Pereira (2001) a hipótese nula pode ser rejeitada para valores menores que 0,05 de significância, adotando-se um nível de significância de 5%.

O resultado do teste, conforme Tabela 3 mostrou-se significativo a 5% obtendo um valor de 2509,423 rejeitando assim a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Reforçando que uma matriz identidade é uma matriz quadrada, com elementos na diagonal principal iguais a um e os demais elementos iguais à zero, ou seja, é um elemento neutro e que sua inversa é ela mesma. Enquanto que uma matriz de correlação identifica as variáveis envolvidas no estudo e que se relacionam entre si. Por isso em um estudo de fatorial a matriz de correlação não pode ser identidade.

Tabela 3- Resultados dos testes da análise fatorial

Kayser-Meyer-Olkin – Medida da adequação da Amostra	0,780
Bartlett`s- Teste de Esfericidade	2509,423

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4, as cargas fatoriais para os três fatores, essas cargas fatoriais são coeficientes de correlação entre cada fator e cada um dos 13 indicadores de desenvolvimento econômico. Encontra-se também, na mesma tabela, o valor da comunalidade de cada indicador, isto é, a proporção da variância de cada indicador que é captada pelos três fatores.

Pode-se observar que a comunalidade de um indicador é igual a soma dos quadrados das cargas fatoriais correspondentes. Para essa análise, foram consideradas somente as cargas fatoriais com valores superiores a 0,50 (em negrito), uma vez que demonstram os indicadores mais fortemente associados a cada fator.

Por meio da Tabela abaixo, nota-se que o Fator 1 está relacionado com nove dos treze indicadores, ou seja, com quase 70% das variáveis utilizadas na análise. É mais positiva e fortemente relacionada com as variáveis X6 e X7, que representam a produtividade da terra em relação à cultura de soja e os valores dos financiamentos aos produtores rurais.

Nota-se que o Fator 1 está diretamente relacionado às variáveis econômicas e as variáveis ligadas à produção, ou seja, se relaciona à estrutura e desempenho do setor. Observa-se a relevância da disponibilidade de recursos para a produção rural, visto que a decisão sobre o quanto e o que produzir está relacionada à possibilidade de acesso ao crédito, configurado em recursos para aumento da produtividade.

Outro ponto a ser analisado refere-se à característica típica da agricultura da região- a monocultura- com destaque para a importância da cultura da soja, objetivo perseguido como meta de desenvolvimento da agricultura, na análise tradicional.

O Fator 2 encontra-se relacionado positivamente apenas às variáveis X10 e X11, que dizem respeito ao número de população vivendo na zona rural e ao saneamento. Trata-se assim, de um fator onde as variáveis sociais ganham destaque.

Os indicadores de população mensuram o dinamismo populacional que deve contribuir para o desenvolvimento rural. Pois, em uma análise simples, quanto maior a densidade demográfica, menor o isolamento das áreas rurais e conseqüentemente maiores serão as oportunidades de estabelecimento de redes sociais e ganhos de capitais, além do que, um número mais elevado de população rural, representa uma maior capacidade da área rural de reter população, o que pode levar à dedução de que há o oferecimento de melhor condição na qualidade de vida para os moradores.

Ao analisar a questão da qualidade de vida da população rural, a questão do saneamento básico efetivo deve ser considerado. A qualidade habitacional é um dos elementos na constituição de um índice de qualidade de vida, por relacionar questões ambientais e de saúde. Assim, essas duas variáveis se complementam.

Já o Fator 3 é representado positivamente pelas variáveis X1 e X11 que se referem ao número de pessoas ocupadas na agricultura da região oeste do estado e novamente ao saneamento. Esse Fator 3 está sendo representado tanto por indicadores de desempenho econômico como social.

A variável que diz respeito ao número de pessoas ocupadas na agricultura, se refere ao contingente de pessoas que desenvolvem ou se ocupam de atividades próprias do meio rural, ou seja, é o fator mão-de-obra. No Paraná, segundo dados censitários, o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários decresce desde 1975, e apresenta uma redução acentuada entre os anos 1985 e 1995.

Observa-se, porém, uma desaceleração no ritmo de queda do pessoal ocupado nos últimos anos, devido a expansão do mercado de trabalho, com a introdução de atividades econômicas ligadas à agroindústria.

Outra questão a se observar refere-se ao predomínio de empregos temporários devido a tendência de produção sazonal e demais cultivos de lavouras de safra. Por fim, cabe destacar que a agricultura familiar da região é a maior empregadora rural absorvendo quase 70% da mão-de-obra rural da região oeste paranaense.

Tabela 4- Cargas fatoriais e Comunalidade da análise fatorial.

Indicadores	F1	F2	F3	Comunalidades
x1	0,308	-0,378	0,676	0,695
x2	-0,443	0,424	-0,434	0,564
x3	0,754	-0,296	0,262	0,724
x4	0,757	0,194	-0,136	0,630
x5	0,743	0,209	0,172	0,625
x6	0,911	0,201	0,024	0,871
x7	0,912	0,132	-0,208	0,893
x8	0,864	0,194	0,057	0,787
x9	0,906	-0,010	-0,055	0,824
x10	-0,086	0,827	0,115	0,704
x11	-0,126	0,709	0,546	0,816
x12	0,700	0,029	-0,147	0,513
x13	0,804	-0,120	-0,340	0,776

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma vez verificadas as cargas fatoriais, o passo seguinte é observar os escores fatoriais, ou seja, o valor do fator para cada um dos 50 municípios que compõem a região estudada, classificados conforme Hoffmann (1992). A partir desses escores fatoriais foi possível definir um índice de desenvolvimento rural para cada município analisado e assim, verificar qual dos municípios apresentaram o maior e o menor índice de desenvolvimento com base nos dados secundários da pesquisa e com as 13 variáveis quantitativas estipuladas neste trabalho. Para então, realizar as entrevistas junto aos agricultores familiares.

Os fatores F1, F2, F3, são variáveis com média ponderada igual a zero e desvio-padrão igual a um, quando se consideram as 50 observações. Assim, valores perto de zero indicam um grau médio de desenvolvimento. Um comportamento de atraso é visto com valores negativos dos fatores e valores maiores que 1 indicam desenvolvimento relativamente alto.

Com base nos dados secundários, os índices auferidos na pesquisa demonstram que 26% dos municípios da região oeste do Paraná apresentam índices de desenvolvimento rural baixo, 24% apresentam índices altos e 50% índices médio de desenvolvimento.

Se for observado o índice bruto de desenvolvimento rural por microrregião nota-se um comportamento de maior ocorrência de desenvolvimento Alto nos municípios pertencentes à microrregião de Cascavel, um maior número de municípios com desenvolvimento médio na microrregião de Foz do Iguaçu e um maior número de ocorrência de desenvolvimento baixo na microrregião de Toledo.

No entanto, se essa análise for realizada dentro da microrregião, sem compará-las com as demais, nas três microrregiões há uma maior concentração de municípios com desenvolvimento médio. Nas microrregiões de Toledo e Foz do Iguaçu o comportamento é igual em relação ao desenvolvimento baixo, seguido do alto. Já na microrregião de Cascavel há um maior número de municípios com desenvolvimento alto, seguido de desenvolvimento baixo, conforme a Tabela 5, abaixo:

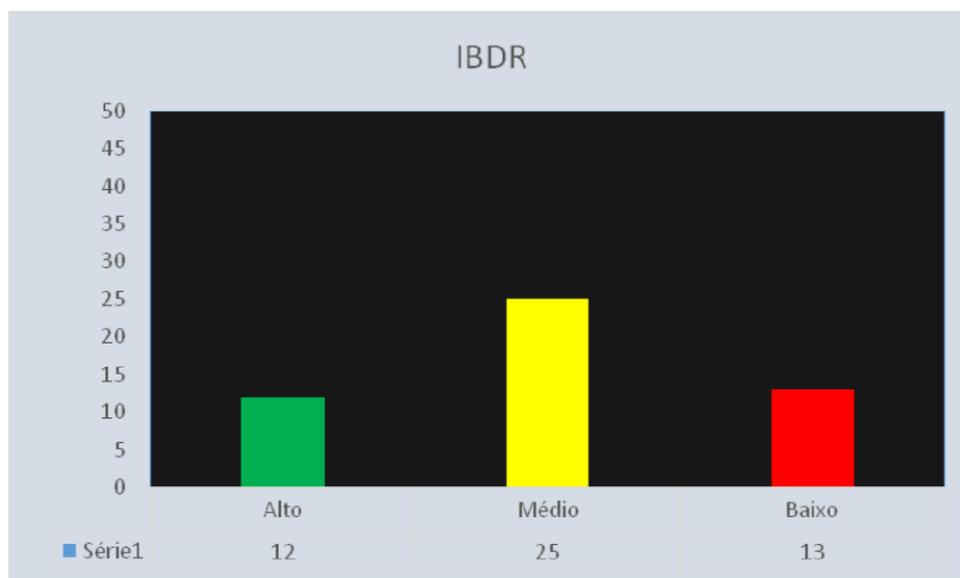
Tabela 5- Percentagem do Índice Bruto de Desenvolvimento Rural nas microrregiões do Oeste do Paraná.

Desempenho	Microrregião	Microrregião	Microrregião
	Cascavel	Foz do Iguaçu	Toledo
Alto	33,00	9,00	23,00
Médio	45,00	73,00	44,00
Baixo	22,00	18,00	33,00

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 1, abaixo, traz a classificação, em número, do desenvolvimento rural dos municípios, com base no IBDR. Observa-se que 13 municípios obtiveram índices de desenvolvimento negativo e apenas 12 conseguiram índices próximos a 1, ou seja, índice considerado alto pela pesquisa.

Gráfico 1- Classificação do desenvolvimento rural dos municípios da região oeste do Paraná, com base no IBDR.



FONTE: Dados da Pesquisa.

Tabela 6- Desempenho dos municípios da região oeste do Paraná, no desenvolvimento econômico rural.

Desenvolvimento Alto	Desenvolvimento Médio	Desenvolvimento Baixo
Assis Chateaubriand	Anahy	Boa Vista da Aparecida
Cafelândia	Campo Bonito	Braganey
Cascavel	Capitão L. Marques	Diamante D' Oeste
Catanduvas	Céu Azul	Entre Rios do Oeste
Guaraniaçu	Corbelia	Guaira
Marechal Cândido Rondon	Diamante do Sul	Iguatu
Nova Aurora	Formosa do Oeste	Iracema do Oeste
Palotina	Foz do Iguaçu	Itaipulândia
Santa Helena	Ibema	Jesuitas
São Miguel do Iguaçu	Lindoeste	Pato Bragado
Toledo	Maripá	Ramilândia
Três Barras	Matelândia	Santa Lucia

Medianeira	São José das Palmeiras
Mercedes	
Missal	
Nova Santa Rosa	
Ouro Verde do Oeste	
Quatro Pontes	
Santa Tereza do Oeste	

Santa Terezinha do Itaipu	
São Pedro do Iguaçu	
Serranópolis do Iguaçu	
Terra Roxa	
Tupãssi	
Vera Cruz do Oeste	

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 6 acima, que estão relacionados os 50 municípios que pertencem a região estudada e que os mesmos foram relacionados em ordem alfabética e de acordo com a classificação de desenvolvimento apresentado, com base nos índices auferidos nesta pesquisa. O que cabe nesse momento, é destacar que o município de Cascavel alcançou o maior IBDR da pesquisa, 1,126558 e o município de Braganey ficou com o menor índice entre os municípios analisados, -0,611591.

Com relação aos dois municípios selecionados para a realização das entrevistas com os agricultores familiares, é possível dizer, conforme IPARDES(2010), que Cascavel é resultado do desmembramento da cidade de Foz do Iguaçu e sua emancipação ocorreu em 1952, por tanto, trata-se de uma cidade relativamente jovem. A sua área territorial é de 2.091,401 km², possui oito distritos administrativos, 4.034 estabelecimentos agropecuários com ocupação de 1488.094 há, com total de 5.408 domicílios rurais recenseados em 2010, onde a maioria das famílias são compostas por até quatro pessoas.

O município apresenta ainda uma população rural de 16.756 onde há a predominância masculina (8.958). Na zona rural do município há uma PEA- população economicamente ativa de 8.234 pessoas e destas, 8.093 encontram-se ocupadas. O número de consumidores rurais de

energia elétrica é de 3.919, o índice de Gini do município foi de 0,5206, o valor bruto da produção agropecuária em 2016 obteve o montante de 1.693.743.359,44 reais. O crescimento geométrico populacional rural foi negativo em -0,33% enquanto que o urbano foi positivo em 1,68%.

O índice IPARDES de desempenho municipal para emprego, renda e produção agropecuária para 2015 foi de 0,66, salientando que esse valor varia de zero a um, sendo que quanto maior o índice, maior será o nível de desempenho do município. Ainda com relação aos índices, o IDH com base em 2010 foi de 0,782, o que é considerado alto.

Tem-se que desde a década de 1970 a agricultura vem desempenhando um papel significativo no desenvolvimento de Cascavel, em especial com produtos para exportação e também se destaca na avicultura, a indústria do município ainda está em processo de expansão, principalmente nas atividades ligadas ao beneficiamento da produção agropecuária. Além disso, o município é conhecido como o pólo universitário do oeste do Paraná devido ao número elevado de instituições de ensino superior e também polariza o atendimento regional de saúde e comércio.

Já a cidade de Braganey encontra-se localizada na microrregião de Cascavel, é muito nova, sua emancipação política aconteceu em 1982. No entanto, a sua colonização iniciou-se por volta dos anos 1950, principalmente por colonos advindos de Santa Catarina, os quais, já naquele momento, pretendiam desenvolver práticas agrícolas na região.

De início a prática cafeeira foi o cultivo predominante em Braganey e, ao mesmo tempo eram cultivados milho, trigo e feijão entre outros produtos, que garantiam a subsistência das famílias que trabalhavam na agricultura local. Porém, com o processo de modernização conservador da agricultura ocorrido em todo o estado e também na cidade de Braganey, na década de 1970, ocorreram mudanças expressivas nas estruturas de produção, inserção de técnicas e tecnologias, alterações nas relações de trabalho, na pauta de produtos e na estrutura fundiária como um todo.

Como consequência destas alterações, os agricultores familiares que conseguiram sobreviver a esse processo, estão atualmente encontrando muitas dificuldades para se manterem em suas terras, devido ao baixo custo de valor agregado em suas produções e a dificuldade de geração de renda. Tudo isto significa um entrave para se manterem em suas propriedades, ocasionando uma relativa mobilidade populacional para as maiores cidades.

De acordo com o IBGE (2009) o município possuía, no ano de 2007, um total de 6044 habitantes, sendo que a maioria (55%) habitava o espaço rural. De acordo com o IPARDES (2005), Braganey integra o grupo dos municípios com médio-baixo grau de desenvolvimento

econômico, de uma forma geral. Apresenta taxas negativas de crescimento da população total, baixa densidade demográfica e a agricultura familiar é representativa e alcança cerca de 41,54% dos ocupados na agricultura. A cidade conta com 791 estabelecimentos agropecuários, num total de 31.064 hectares. Destes estabelecimentos, 79 exercem agricultura de culturas permanentes e 655 culturas temporárias.

Quanto a área plantada, são 422 e 14.744 hectares, respectivamente. Além destas práticas, também há pastagens naturais (364 estabelecimentos e 8262 hectares) e matas e florestas (438 estabelecimentos e 4575 hectares), culturas temporárias, seguida pelas pastagens naturais. O município caracteriza-se mais pelos médios e grandes produtores, no entanto, há entre as práticas agrícolas, um total de 2166 trabalhadores envolvidos na produção. Destes, 85% (1836) representam mão-de-obra familiar e apenas 15% (330) são trabalhadores assalariados. O setor agrícola possui uma significativa representatividade para a economia local, auferindo 48% do PIB municipal, sendo superado apenas pelo setor terciário (50%), com destaque para a produção de soja, o milho e tomate.

Considerações Finais

Conclui-se que a definição de desenvolvimento rural vem sofrendo alterações com o passar dos anos, mas um aspecto em comum dessas definições está relacionado à ênfase dada na busca pela melhoria do bem-estar no meio rural, sendo este o ponto principal para ocorrer o desenvolvimento.

Assim, a definição de desenvolvimento rural pode ser entendida como o resultado de um projeto político instituído por meio da ação determinada dos atores sociais e das organizações relacionadas, assim como da sociedade como um todo (Ploeg *et al.*, 2000).

De acordo com os dados do estudo e utilização da estatística multivariada, foi possível detectar que apenas três fatores explicaram 72,48% da variância total das 13 variáveis econômicas e sociais selecionadas, o que representa um resultado satisfatório para estudos nessa área, assim como os testes realizados quanto a adequação da amostra.

Observou-se que as variáveis relacionadas à produtividade da terra e aos financiamentos rurais (variáveis econômicas) se mostraram mais positiva e fortemente ligadas ao Fator da 1 da análise estatística. Já o Fator 2 foi representado por variáveis sociais (população rural e saneamento) enquanto que o Fator foi um misto entre variáveis econômicas e sociais (pessoas ocupadas na agricultura e o saneamento). Com isso, pode-se inferir que as variáveis econômicas são significativas para determinar o desenvolvimento rural da região estudada. Mas, para que

haja o desenvolvimento rural se faz necessário considerar também as variáveis sociais, que definem uma melhor qualidade de vida para os moradores residentes nas zonas rurais.

Quanto ao índice de desenvolvimento rural, verificou-se que 50% dos municípios obtiveram desenvolvimento considerado médio, 26% ficaram com índices baixos e 24% índices altos. Com esses valores, pode-se dizer que não há na região um desempenho, quanto ao desenvolvimento, que pode ser considerado ruim ou bom, apenas satisfatório. No entanto, cabe salientar as diferenças de desempenho de desenvolvimento rural em municípios muito próximos, o que demonstra uma não homogeneidade e não complementaridade entre os mesmos, ou seja, mesmo com a proximidade espacial não houve uma interferência positiva entre os municípios vizinhos. O que é possível concluir que o desenvolvimento rural na região oeste do Paraná não está ocorrendo de forma semelhante entre os seus 50 municípios.

Bibliografia

BARROSO, Lucia Pereira.; ARTES, Rinaldo. Análise multivariada. **48ª Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria e 10º Simpósio de Estatística Aplicada à Experimentação Agronômica**. Lavras, Universidade Federal de Lavras, Departamento de Ciências Exatas. Jul. 2003.

HAIR, Joseph Junior; ANDERSON, Rolph.; BLACK, William; BABIN, Barry. **Multivariate data analysis**. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HOFFMANN, Rodolf. A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões homogêneas do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 271-290, out./dez. 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense /**Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. –Curitiba : IPARDES : BRDE, 2003.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Pesquisas. **Ruralidades, Agricultura Familiar e Desenvolvimento** . Curitiba: IPARDES, 2010.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Caderno de Ciência e Tecnologia**, Brasília, n.3, v. 21, p. 379-408, set-dez. 2004.

NAVARRO, Zander. “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”, **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100. 2001.

PEREIRA, Julio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**. 3.ed. São Paulo, Universidade de São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2001.

PLOEG Jan Douwe Vander; RENTING, Henk; BRUNORI G., KNICKEL K., MANNION J., MARSDEN T., ROEST K., SEVILLA-GUZMÁN E., VENTURA F., “Rural development: From practices and policies towards theory”, **Sociologia Ruralis**, v.40, n. 4, p. 497-511, 2000.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston: Beacon Press, 1957. First edition, 1944.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 3, v. 30, jul-set. 2010.

Artigo recebido em 11/06/2019

Aprovado em 06/02/2020

Como citar esse artigo:

OLIVEIRA, Marines Rute; VILAÇA, Antônia Marlene; MUFFATO, Lidiane. Desenvolvimento no oeste do Paraná: algumas discussões. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 15, N.º 1, jan/jun. 2019.